

1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas



Síntese Grupo de Trabalho 04
Transição energética: impactos e
resistência no mundo rural

Realização



Apoio



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º
ENCONTRO
da Rede
de Estudos
Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Síntese do Grupo de Trabalho 04 - Transição energética: impactos e resistência no mundo rural

Coordenação:

Tarcísio Augusto Alves da Silva
Sociólogo, (UFRPE/PPGDTA/PPGCS)
E-mail: tarcisio.asilva@ufrpe.br

Paula Emília Oliveira Pimentel
Geógrafa, (GEA/UnB)
E-mail: paula_gea@yahoo.com.br

O GT 04 – Transição Energética: Impactos e Resistência no Mundo Rural, direciona seu olhar ao tema da transição energética sob uma perspectiva crítica. Não por acaso, a produção de energia tem se concentrado em áreas rurais, frequentemente tratadas como espaços socialmente vazios. Nessas regiões, a exploração dos recursos necessários à geração de energia é justificada pela proximidade dos recursos naturais e pela suposta minimização dos impactos, em razão do chamado "vazio demográfico".

Se considerarmos que as fontes renováveis, de baixa ou nula emissão de gases de efeito estufa, representam quase 50% da matriz energética brasileira, poderíamos supor que o país está avançando significativamente na transição dos combustíveis fósseis para fontes limpas, posicionando-se entre as lideranças mundiais nesse tema. De fato, segundo dados do Balanço Energético Nacional da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) a oferta interna de energia no Brasil é composta por biomassa da cana-de-açúcar (16,9%), hidráulica (12,1%), eólica (2,6%), solar (1,7%) e outras fontes renováveis (15,8%), incluindo lenha, carvão vegetal e licor preto (Brasil, 2024).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



No que se refere à geração de energia elétrica, a composição das fontes utilizadas no Brasil é majoritariamente renovável. A principal fonte continua sendo a energia hidrelétrica, responsável por aproximadamente 53% a 55% da produção total. Em seguida, destacam-se as fontes eólica e solar, que correspondem a cerca de 13% a 14% e 7% a 8%, respectivamente, evidenciando o crescimento expressivo dessas tecnologias nos últimos anos, especialmente na região Nordeste.

Embora esse cenário aponte para a possibilidade de fornecimento de energia elétrica “limpa” e para o cumprimento de um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o ODS 7, que propõe assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos, ele não deve invisibilizar os impactos socioambientais associados à produção dessa energia. Tais impactos, embora relevantes, ainda são pouco problematizados em relação aos efeitos colaterais provocados por essas iniciativas.

É nesse contexto de debate que se origina a proposta do Grupo de Trabalho, estruturada a partir dos seguintes objetivos: a) problematizar os impactos provocados no mundo rural pela transição energética baseada em fontes renováveis, especialmente a eólica e a fotovoltaica; b) reunir estudos que evidenciem as resistências e mobilizações das populações rurais diante dos empreendimentos, em articulação com movimentos sociais, sindicatos, defensorias públicas e o Ministério Público; c) identificar as principais abordagens teórico-metodológicas utilizadas nas investigações sobre o tema; e d) contribuir para o diálogo entre diferentes sujeitos, pesquisadores(as), populações rurais, estudantes, movimentos sociais e operadores do direito, visando ampliar a compreensão crítica sobre os efeitos e disputas que envolvem a expansão das energias renováveis no campo.

Os esforços para reunir trabalhos que trouxessem esta intencionalidade, resultaram no aceite de 5 estudos em que estão centrados problemas produzidos, principalmente sobre a energia eólica. A fim de entender as pesquisas apresentadas, organizamos estes trabalhos em 3 blocos temáticos: Conflitos territoriais e socioambientais nos territórios rurais e tradicionais; Crítica aos discursos hegemônicos da sustentabilidade e da transição energética; Efeitos econômicos, desigualdades e metodologias mistas.

O primeiro, **Conflitos territoriais e socioambientais nos territórios rurais e tradicionais**, parte da perspectiva crítica da ecologia política, abordando a transição energética como um processo de territorialização do capital que impõe profundas transformações sociais, simbólicas e materiais nos territórios rurais e tradicionais. A noção de corpo-território e a crítica à



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



desterritorialização orientam a análise da violação de direitos e da resistência das populações afetadas.

Neste sentido, o trabalho "*A Transição Energética e suas Implicações no Mato Grande/RN*", de Valério Bezerra (Universidade Federal da Paraíba) e Pedro Torres (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), investiga a transição energética no Rio Grande do Norte, com foco no território do Mato Grande, onde a instalação massiva de parques eólicos tem promovido um processo de desterritorialização camponesa. Os contratos de arrendamento são problematizados como instrumentos modernos de expropriação. Sua fundamentação teórica baseia-se em autores como York e Bell (2019) e Frigo et al. (2023), com abordagem crítica da "transição" como diversificação e não substituição de matrizes energéticas. A investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo.

O trabalho destaca que a “problemática da estrutura agrária permanece no epicentro dos conflitos no campo, no Nordeste brasileiro” mas, ela é “ofuscada pelo discurso sedutor do progresso econômico, que enfatiza a geração de emprego e renda, a partir da chegada dos empreendimentos eólicos” (Lima e Torres, 2025, p.5).

Oriundo também do Rio Grande do Norte, a pesquisa "*Sentir e Resistir: os impactos das eólicas no corpo-território das mulheres quilombolas de Macambira (RN)*", de autoria Rachel de Souza Maximino, Maria Flávia Dantas da Cruz e Leandro Vieira Cavalcante (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), analisa os impactos da energia eólica no corpo-território das mulheres da Comunidade Quilombola Macambira, enfocando a expropriação do território, a violência simbólica e material, e os efeitos sobre a saúde física e emocional das mulheres. Em sua fundamentação teórica traz importante contribuição da ecologia política feminista, centrada no conceito de corpo-território (Cabnal, Coradin & Oliveira, Gago). A análise resulta de uma metodologia que envolve pesquisa bibliográfica e rodas de conversa com mulheres quilombolas.

O trabalho mostra como a instalação dos parques eólicos trouxe uma profunda transformação na relação das mulheres com a terra, impactando na “subsistência e segurança alimentar de famílias camponesas” (p.9). De modo específico, demonstra como a instalação das torres eólicas dispersou uma poeira invadindo casas e espaços comunitários, “obrigando as mulheres a dedicarem horas extras à limpeza, um trabalho invisível que aumentou sua sobrecarga doméstica” (Maximino, Cruz e Cavalcante, 2025, p.10).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Nos dois casos apresentados neste bloco, o debate sobre transição energética revela como problemas vividos pelas comunidades cruzam questões históricas do rural brasileiro, como a concentração fundiária, e apontam para a persistência e efeitos da desigualdade de gênero que recorta a vida no campo.

O segundo bloco, intitulado de **Crítica aos discursos hegemônicos da sustentabilidade e da transição energética** fundamenta-se em críticas à retórica tecnocrática da transição energética, denunciando a forma como o discurso da sustentabilidade oculta processos de opressão, injustiças socioambientais e marginalização de saberes locais. Autores como Iris Young, Sampaio & Maia e Bardin fornecem arcabouço teórico para analisar os efeitos simbólicos, culturais e subjetivos da expansão da energia eólica.

O artigo "*Energia Eólica no Semiárido Nordeste: o que as notícias revelam sobre os impactos nas comunidades?*", de autoria de Jizlayne Vitória Bezerra Estevam da Fonseca e Fernanda Fernandes Gurgel (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), analisa criticamente os efeitos socioambientais da implantação de parques eólicos no semiárido nordestino, com base em reportagens jornalísticas, considerando que “matérias jornalísticas, não apenas informam, mas também constroem sentidos sobre os territórios e os sujeitos que neles vivem, sendo, portanto, materiais férteis para uma análise situada” (Rêgo e Fonseca, 2025, p.6).

A partir dessa análise, o estudo denuncia processos de espoliação territorial, impactos psicossociais e a invisibilização dos modos de vida tradicionais das comunidades locais. Paralelamente, destaca as formas de resistência protagonizadas por essas populações diante das transformações impostas. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa se apoia em referenciais da ecologia política, na análise de conteúdo proposta por Bardin e nas críticas ao discurso da transição verde formuladas por Sampaio & Maia. Trata-se de um estudo qualitativo e documental, fundamentado na análise de 25 notícias veiculadas na mídia

O segundo texto que integra este grupo, intitulado "*Paisagem, Justiça e Opressão na Transição Energética: reflexões conceituais a partir de Iris Young*", é de autoria de Geovana Freitas Paim Rêgo (Universidade Estadual de Feira de Santana). A obra interpreta a expansão da energia eólica como um processo de opressão estruturado em cinco dimensões, conforme delineado por Iris Marion Young (1990): exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



A fundamentação teórica do trabalho articula as contribuições de Young, no campo da justiça social, com as reflexões de Corrêa sobre práticas espaciais, além de incorporar os aportes da ecologia política. Trata-se de um ensaio teórico-conceitual, desenvolvido a partir de uma análise crítica e de uma interpretação conceitual das dinâmicas socioespaciais envolvidas na transição energética.

Como observa a autora:

Cada face da opressão se traduz em uma forma específica de injustiça espacial: a Seletividade reforça a exploração da natureza; a Marginalização Espacial exclui as populações locais dos processos decisórios; a Antecipação Espacial reforça a impotência das comunidades diante de transformações irreversíveis; a Reprodução Espacial atualiza o imperialismo cultural sobre os sertões; e a Fragmentação Espacial legaliza o domínio desigual da paisagem (Rêgo, 2024, p.14).

Os dois trabalhos que compõem este bloco se destacam por oferecer novas perspectivas analíticas, especialmente ao deslocarem a narrativa dominante da produção midiática, ainda amplamente seduzida pelo “canto da sereia” do discurso da transição energética, para uma abordagem crítica que articula paisagem, práticas espaciais e justiça social. Ao fazê-lo, contribuem para desvelar as contradições e os conflitos socioambientais ocultos sob a retórica do desenvolvimento sustentável e das energias limpas.

No bloco **Efeitos econômicos, desigualdades e metodologias mistas**, encontramos o trabalho *"Energia Eólica e Desenvolvimento: uma análise socioeconômica dos parques eólicos no Alto Sertão Baiano"*, de Newton Soares Mota (Universidade Federal de Pelotas). O estudo adota uma abordagem crítica ao modelo de desenvolvimento vigente e ao neoeextrativismo, problematizando a narrativa de progresso comumente associada às energias renováveis. Para isso, mobiliza referenciais teóricos como Polanyi (2000), Svampa (2018) e Boltanski & Chiapello (2009), com o objetivo de evidenciar os impactos econômicos desiguais e a reprodução de assimetrias regionais. A utilização de metodologias mistas permite articular diferentes escalas de análise (local e regional) ampliando a compreensão das dinâmicas socioeconômicas envolvidas.

O texto apresentado avalia os impactos econômicos dos parques eólicos nos municípios do Alto Sertão da Bahia, mostrando que os benefícios se concentram em cidades mais estruturadas, enquanto comunidades rurais continuam marginalizadas. Traz como fundamentação teórica os



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



conceitos de Neoextrativismo (Svampa), Crítica ao Consenso da Descarbonização (Bringel e Svampa, 2023), e O novo espírito do capitalismo (Boltanski & Chiapello, 2009). A sua metodologia é mista, pois abrange análise documental, Análise de Componentes Principais (ACP) e etnografia (em andamento).

O trabalho, ainda que incipiente, traz uma contranarrativa ao estudo publicado pela Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), “Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Geração de Energia Eólica no Brasil (2020)”, ao evidenciar que “os ganhos econômicos associados à energia eólica se concentram em municípios mais estruturados, enquanto áreas de base agrícola permanecem marginalizadas”(Mota, 2025, p.1).

Com o objetivo de estabelecer o debate entre os trabalhos aqui situados, apresentamos questões que podem orientar nossos diálogos em torno dos impactos da transição energética em territórios rurais:

a) Em que medida os trabalhos apresentados conseguem romper com os limites da produção estritamente acadêmica e gerar efeitos concretos e contribuições significativas para as comunidades rurais que constituem os sujeitos dessas pesquisas?

b) Tomando como ponto de partida os trabalhos apresentados, podemos considerar que a cadeia de suprimentos vinculada à exploração de minerais estratégicos, como lítio, cobalto, cobre, estanho, grafita, manganês e terras raras, e seus potenciais impactos sobre os territórios rurais têm sido sistematicamente negligenciados nas pesquisas acadêmicas sobre transição energética e desenvolvimento?

c) Quais desafios, impactos e contradições observados na implantação de parques eólicos e solares podem ser traduzidos, ou até ampliados, nas experiências territoriais associadas à expansão da indústria de biocombustíveis e da mineração de minerais estratégicos, especialmente no que se refere à cadeia de suprimentos e aos efeitos sobre os territórios rurais?

d) De que maneira a presença de agentes externos, representando o capital, o Estado ou instituições técnico-científicas, transforma as dinâmicas socioterritoriais no campo, e como essas transformações tensionam práticas tradicionais, promovem reconfigurações culturais e introduzem novas formas de sociabilidade nas populações rurais?

e) Quais lacunas teóricas e desafios metodológicos ainda persistem na produção científica sobre a transição energética, especialmente no que se refere à análise de seus impactos



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º **ENCONTRO** **da Rede** **de Estudos** **Rurais**



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



e às formas de resistência no mundo rural, e como novas abordagens podem contribuir para ampliar a compreensão crítica desse fenômeno?

- f) Quais as principais limitações encontradas nos estudos apresentados?
- g) No contexto do GT, quais oportunidades de novos estudos surgem a partir dos resultados encontrados?